



Legalidade da taxa de conveniência e impressão na compra de ingressos

Henrique Gobbi (*)

A tarifa é considerada abusiva e remunera uma conveniência que não existe

Os frequentadores de shows musicais, espetáculos e exposições que optam por adquirir os ingressos pela internet, têm que pagar uma taxa de conveniência que pode chegar a 20% do valor do ticket adquirido, tendo que optar ainda pela taxa de entrega dos Correios ou a de impressão, cujos valores variam de R\$ 8,00 a R\$ 30,00. Normalmente, a opção pela compra online se dá pela comodidade de não enfrentar fila e resolver tudo sem precisar sair de casa, mas a grande discussão que cerca o tema é sobre a legalidade da cobrança adicional. A taxa de conveniência é válida se garantir uma vantagem ao consumidor, por exemplo, se a entrega for feita em casa ou se ele tiver preferência pela retirada no local do evento.

No entanto, o valor tem sido cobrado mesmo nos casos de o cliente imprimir o bilhete em sua própria casa, utilizando a sua própria impressora, apenas pelo fato de ter escolhido a internet como o canal da compra, que é a citada taxa de impressão.

As empresas que praticam essa política geralmente alegam que a comodidade oferecida ao consumidor implica em custos, como o da constante atualização dos serviços de venda e distribuição dos tickets e de todo o investimento em estrutura que é necessário para executar uma operação

a nível nacional com a devida segurança.

Além disso, elas mantêm publicada a informação sobre a cobrança, deixando o usuário à vontade para escolher a bilheteria oficial, em que não há a incidência de tarifas extras. Segundo o Procon-MG a cobrança dessas taxas caracteriza-se como transferência de custos internos da empresa para o consumidor, impondo a ele onerosidade excessiva.

Dessa forma, a tarifa é considerada abusiva e remunera uma conveniência que não existe, já que o cliente está sendo cobrado por utilizar um recurso que já é inerente ao serviço prestado pelas empresas.

Corroborando com este parecer, temos o Processo Administrativo n.º 0024.15.005625-7, que foi instaurado pela Promotoria do Consumidor de MG através de denúncia, na qual foi apurado prática abusiva de mercado pela empresa Tickets For Fun (que controla 80% do mercado de megashows), com base no artigo 6º, inciso II e art. 39, inciso I e V do CDC, aplicando multa no valor de R\$ 1.734.062,50.

O certo é que mesmo com a vantagem de pagar a compra em casa, com cartão de crédito, o valor adicional pode não compensar a comodidade, já que os ingressos, por si só, já têm preços bastante altos.

O recomendado é que o consumidor que se sentir lesado procure o Procon mais próximo e formalize uma reclamação.

(*) - É Diretor de Expansão do grupo Souza Noveas Soluções Jurídicas.

Presidente dos Correios não descarta privatização caso empresa continue deficitária

O presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o ex-deputado Guilherme Campos, afirmou, em comissão geral no Plenário da Câmara, ontem (30), que a privatização não é desejo do governo, mas disse que, se nenhuma das iniciativas em curso para recuperação da empresa der certo, pode ser alternativa

“Se nada der certo, os caminhos se estreitam: os Correios podem ser um departamento dentro dos Ministérios das Comunicações; podem entrar novamente numa pauta de privatização”, disse.

Já trabalhadores e deputados defenderam aporte do governo para preservar o caráter público da empresa e empregos e enfrentar as mudanças tecnológicas. Segundo Guilherme Campos, para tentar superar a crise financeira vivida pela empresa, os Correios estão entrando nos serviços de logística, encomenda e comércio eletrônico. Destacou, porém, que várias empresas concorrem com os Correios nessas áreas. “Se não tivermos resultado, a empresa não terá condições de sobreviver”, ressaltou.

O presidente dos Correios destacou que a crise foi provocada pelas mudanças tecnológicas, já que o envio de cartas está diminuindo. “Os Correios não se prepararam para essa



Comissão geral para debater a situação de crise na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

mudança há 15 anos”, disse. “Os grandes países o fizeram, mas aqui no Brasil estamos correndo contra o tempo”, completou. Ele defendeu ainda a quebra do monopólio postal dos Correios, que, para ele, hoje é um ônus para a empresa.

Já o deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios e proponente da sessão, defende que

os Correios continuem sendo uma empresa pública. Segundo ele, o Governo Michel Temer coloca em prática programa de privatizações, que incluiria a entrega dos Correios para o capital internacional. Para ele, a função da empresa pública não é ter apenas lucros, mas deve ser analisada no contexto macroeconômico e de integração nacional.

O deputado ressaltou que os

Correios têm 115 mil empregados e promovem a universalidade do serviço postal, com preços justos — “dentre as faixas mais baixas do mundo” —, além de atuarem como regulador de mercado no caso dos preços de encomendas. Monteiro acrescentou que os Correios têm avaliação extremamente da população brasileira. “A população não quer a privatização”, observou (Ag.Câmara).

Zezé Perrella se defende das acusações

O senador Zezé Perrella (PMDB-MG), usou a tribuna para se defender das acusações de lavagem de dinheiro que teriam sido feitas através de uma das empresas de sua família. O senador considerou as denúncias uma “irresponsabilidade total” e afirmou que, nos áudios divulgados pela Polícia Federal que o citam, não há referências ao termo propina.

Zezé Perrella confirmou que tomou empréstimo da empresa ENS, cujo sócio é também contador do senador, mas declarou que nunca se comunicou com o dono da JBS — o empresário Joesley Batista — nem mesmo por telefone. O senador disse estar certo de que os fatos serão esclarecidos no decorrer das investigações.

“O Sr. Joesley Batista, que agora está passeando em Nova York, financiou 2 mil campanhas, a minha não, até porque quem fez a minha campanha foi o [ex] senador Itamar Franco. Então, na verdade, eu não tive campanha. E vou conseguir comprovar, no decorrer das investigações, que eu não tenho absolutamente nada a ver com esse episódio. E tenho muita confiança que isso vai ficar esclarecido”, afirmou (Ag.Senado).

CPI da Funai finaliza trabalhos e pede o indiciamento de 67 pessoas

A CPI da Funai e Inbra 2 concluiu ontem (30), em Brasília, a votação do relatório do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). O texto-base, que prevê o indiciamento de 67 pessoas, entre lideranças comunitárias, antropólogos e servidores, foi aprovado há duas semanas e mantido com a rejeição de sugestões de mudanças propostas pela oposição.

As lideranças comunitárias avaliam que o pedido de indiciamento é equivocado e visa criminalizar os agentes que atuam de forma contrária aos interesses econômicos do agronegócio. O outro destaque não considerado pedia que fossem retiradas as proposições de reanálise de processos de demarcação de terras indígenas já realizados pela Funai e o Inbra. E a supressão da proposta dos ruralistas para regulamentar o processo de demarcação de terras indígenas que não estavam ocupadas antes de outubro de 1988 e restringir a demarcação apenas para terras ocupadas.



Índios participam de sessão da CPI da Funai e do Inbra.

Como em todas as reuniões da CPI, os opositoristas tentaram adiar a conclusão dos trabalhos da comissão. O deputado Nilto Tatto (PT-SP) questionou a ausência das alterações prometidas pelo relator na ata da última reunião. O presidente da comissão, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), negou os questionamentos e deu continuidade à votação. Para a deputada Érika Kokay, o relatório é “um panfleto contra o povo” e o trabalho da CPI representa uma tentativa de nova colonização do país pelos proprietários rurais.

O deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) defendeu o relatório e considerou o posicionamento da oposição como “demagogia”. A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) argumentou que os pedidos de indiciamento de antropólogos mostram a “ideologização” do trabalho da CPI. Leitão rebateu as críticas dizendo que o governo do PT foi o que menos demarcou e contribuiu para “desapareilhar” a Funai e declarou que “quem comete crimes tem que responder por eles”, em referência aos pedidos de indiciamento (ABR).

Apostas em competições hípiacas poderão ser permitidas em lei

Geraldo Magela/Ag.Senado



Senador Lasier Martins (PSD-RS), autor do projeto.

Projeto de lei do senador Lasier Martins (PSD-RS) altera a legislação atual para permitir apostas em competições de hipismo. Na justificativa, Lasier ressalta a importância da iniciativa como mecanismo para a criação de renda, empregos e tributos. O senador afirma que com o declínio de popularidade do turfe - atividade em que as apostas são permitidas - é necessário encontrar outras formas de financiamento e apoio à criação do cavalo nacional.

“O projeto acrescenta um artigo à Lei 7291/1984 para legalizar as apostas em competições de hipismo, que deverão obedecer às mesmas regras existentes hoje para a atividade turfística, inclusive no que toca ao papel desempenhado pela Comissão Coordenadora da

Criação do Cavalo Nacional”, explica o senador.

Criada em junho de 1968, a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional, colegiado diretamente subordinado ao ministro da Agricultura, é o órgão responsável pela coordenação, fiscalização e orientação das atividades de criação de cavalos (equideocultura) no país, encarregado de coordenar e fiscalizar as entidades que realizam competições hípiacas.

O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça, onde aguarda designação de relator. O texto será votado em decisão terminativa na comissão. Se for aprovado e não houver recurso para deliberação pelo Plenário, poderá seguir para a Câmara dos Deputados (Ag.Senado).

Combate e prevenção da obesidade infantil

Foi lançado ontem (30) a Frente Parlamentar Mista do Combate e Prevenção da Obesidade Infantil. A cerimônia ocorreu no Salão Nobre da Câmara, com a presença de parlamentares e representantes de entidades e do governo.

O presidente da frente parlamentar, deputado Evandro Roman (PSD-PR), disse que o grupo deverá atuar no desenvolvimento de programas e ações efetivas no combate e na prevenção da obesidade in-

fantojuvenil, em conjunto com escolas e governos municipais e estaduais.

“É importante alertarmos a população de que estamos nos encaminhando para uma epidemia. O poder público tem obrigação de atuar de modo a reduzir os índices de obesidade por meio do diálogo e de ações. Em alguns anos, a obesidade poderá reverter muitos dos benefícios à saúde que contribuíram para o aumento da longevidade”, disse Roman (Ag.Câmara).

Osmar Serraglio recusa ministério e retorna à Câmara

O ex-ministro da Justiça, Osmar Serraglio, não aceitou o convite do presidente Michel Temer para ocupar o cargo de ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). No último domingo (28), Temer anunciou que trocava o comando dos dois ministérios e fez o convite a Serraglio, que estava no cargo desde março. Serraglio assumiria a pasta ocupada por Torquato Jardim que, por sua vez, assume o Ministério da Justiça.

A assessoria de Serraglio divulgou na manhã de ontem (30) a carta de recusa enviada ao presidente da República, na qual também anuncia que voltará a ocupar o mandato de deputado na Câmara. “Volto para a Câmara dos Deputados, onde prosseguirei meu trabalho em prol do Brasil que quere-



Ex-ministro da Justiça, Osmar Serraglio, disse não.

mos”, diz a carta.

Serraglio reassume seu mandato na Câmara, pelo PMDB do Paraná, que vinha sendo ocupado por seu suplente, Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), ex-assessor especial de Temer

flagrado pela Polícia Federal (PF) carregando uma mala com R\$ 500 mil que, segundo investigações, foi enviada pelo empresário Joesley Batistas, dono do frigorífico JBS, como pagamento de propina (ABR).

Fachin separa investigação sobre Temer e Aécio

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, decidiu ontem (30) separar as investigações sobre o presidente Michel Temer e o senador afastado Aécio Neves, abertas a partir do acordo de delação premiada da JBS. Com a decisão, o inquérito tramitará de forma separada. Todos os acusados passaram a ser investigados no mesmo processo no STF porque foram citados nos depoimentos de Joesley Batista, dono da JBS.

As decisões foram motivadas por pedidos de desmembramento dos inquéritos pelos advogados de defesa. Na semana passada, em recurso encaminhado ao Supremo, após ser afastado do mandato por Fachin, os advogados de Aécio Neves sustentaram que a investigação não deve permanecer com o ministro e que a decisão do ministro Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, não poderia ser tomada individualmente, mas pela Segunda Turma do STF.

De acordo com a defesa de Temer, o presidente deve responder aos fatos em um inquérito separado porque as condutas imputadas a ele não têm relação com as acusações contra o senador Aécio Neves e o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) (ABR).

